



TERMO DE REFERÊNCIA

04 (QUATRO) UNIDADES DE LUPAS ELETRÔNICAS PORTÁTEIS

Elaborado em 10 / 06 / 2019

Sumário

1.	INTRODUÇÃO	3
2.	OBJETO.....	3
3.	ANÁLISE DAS PROPOSTAS E DAS AMOSTRAS.....	3
4.	PRAZO DE ENTREGA.....	5
5.	JUSTIFICATIVA.....	6
6.	DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DOS MATERIAIS.....	8
7.	DOS DEVERES DO CONTRATANTE	8
8.	DOS DEVERES DA CONTRATADA.....	9
9.	DAS VALIDADES.....	9
10.	DA GARANTIA DOS OBJETOS.....	10
11.	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	10
12.	DISPOSIÇÕES FINAIS.....	12
13.	EQUIPE DE ELABORAÇÃO.....	12
	ANEXO A: DISCRIMINAÇÃO DE VALORES.....	13



1. INTRODUÇÃO

Este termo de referência visa subsidiar a instauração de procedimento para aquisição de produtos descritos no item **OBJETO**, pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, situado na Av. Marechal Câmara n° 370, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP. 20020-080,

O CAO das Promotorias de Justiça de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência é a unidade administrativa responsável pela coordenação e elaboração deste termo.

2. OBJETO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD
01	Lupa Eletrônica Portátil	4

3. DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS E DOS PROSPECTOS

3.1 Na proposta de preço deverá constar:

3.1.1 seu prazo de validade (o qual não poderá ser inferior a **sessenta** dias);

3.1.2 a discriminação detalhada dos materiais ofertados, incluindo, quando aplicável, marca e modelo;

3.1.3 a quantidade solicitada;

3.1.4 os valores unitário e total;

3.1.5 o prazo de entrega;

3.1.6 garantia, conforme o caso;

3.1.7 dados relacionados à sociedade empresária, como nome fantasia, razão social, CNPJ, nome do representante legal, telefones de contato e e-mail.



3.2 Os valores apresentados nos orçamentos e/ou propostas de preço deverão considerar inclusas todas as despesas que possam influir direta ou indiretamente nos custos, tais como tributos, licenças, análises, transporte, pedágios, estadas, multas, mão de obra para carga/descarga dos materiais, dentre outros.

3.3 O Órgão Fiscalizador **poderá**, discricionariamente, solicitar a apresentação de prospectos, para fins e avaliação do cumprimento das especificações do Anexo A.

3.3.1 Os prospectos deverão ser apresentados no prazo de 7 (sete) dias úteis a contar da notificação feita pelo Órgão Fiscalizador.

3.3.2 Os prospectos deverão ser encaminhados à Gerência de Patrimônio do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, por meio de seu endereço eletrônico – patrimonio@mprj.mp.br.

3.4 O Ministério Público terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para analisar os prospectos solicitados.

3.5 Para efeito de avaliação dos materiais será levada em conta a conformidade com as especificações e características, a qualidade, a durabilidade e a funcionalidade. Os fatores serão analisados em conjunto, levando-se em consideração o fim a que se destinam os materiais e, principalmente, o seguinte:

3.5.1 Quanto à qualidade – apresentação do material no que diz respeito à matéria prima utilizada, precisão no processo produtivo e esmero na fabricação, como, por exemplo, sem rebarbas, amassados, e/ou qualquer outra falha de fabricação;

3.5.2 Quanto à durabilidade – resistência do material;

3.5.3 Quanto à funcionalidade – se atende ao correto manuseio e ao exigido nas especificações.

3.6 A aprovação do prospecto, caso solicitada, será condição para a aquisição do material por este Ministério Público.



4. PRAZO DE ENTREGA

4.1 O prazo máximo para a entrega do produto será de 10(DEZ) dias, contados do primeiro dia útil subsequente ao do recebimento da respectiva Nota de Empenho.

4.2 No ato da entrega do material, juntamente com a nota fiscal, deverá ser entregue cópia do empenho.

4.3 A respectiva nota fiscal deverá estar devidamente discriminada, em nome do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, CNPJ nº 28.305.936/0001-40.

4.4 O material deverá ser entregue no CAO das Promotorias de Justiça de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência, localizado na Avenida Marechal Câmara, 350, 6º andar, sala 08, Centro, Rio de Janeiro, Capital.

4.5 O agendamento da entrega, com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência, é requisito para o recebimento do objeto e deverá ser feito através do telefone (21) 2215-6326 ou do e-mail caoidosopdef@mprj.mp.br.

4.5.1 Caso não seja observado o agendamento prévio, poderá o Órgão Fiscalizador recusar a entrega, realizando o devido agendamento para data próxima, sempre que houver risco ao bom andamento do serviço no local.

4.6 O material contratado será recebido da seguinte forma:

4.6.1 Provisoriamente, no ato da entrega, pelo servidor determinado para o acompanhamento do serviço que, procederá à conferência de sua conformidade com as especificações. Caso não haja qualquer impropriedade explícita ou problema relativo à origem da aquisição, será atestado esse recebimento.



4.6.2 Definitivamente, em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório, mediante “atesto” na nota fiscal, depois de comprovada a adequação aos termos da proposta, à nota de empenho e à amostra aprovada.

4.7 O Ministério Público se reserva o direito de não receber os materiais que não estiverem em perfeitas condições de acordo com as especificações estipuladas no termo de referência.

4.8 Materiais excedentes ao quantitativo ou que não corresponderem às especificações deverão ser retirados no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação, sob pena de autorização tácita para destinação que melhor convier ao Ministério Público, sem gerar direito de indenização à contratada.

4.9 Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal, ou ainda em outros requisitos como condição para pagamento por parte da contratada, importará na prorrogação automática do prazo para pagamento do material adquirido.

5. JUSTIFICATIVA

5.1 Com a implementação do Projeto MP Inclusivo, este Parquet conta com estagiários de baixa visão que requerem tecnologia assistiva para realização de suas atividades, conforme receituários médicos no Anexo I.

5.2 Nesse caso existem lupas, manuais ou eletrônicas, que aumentam o texto e as imagens, permitindo uma melhor visualização.

5.3 As lupas manuais disponibilizam um grau específico para cada pessoa, não podendo ser aproveitadas para estagiários futuros. Com isso, as lupas eletrônicas são mais indicadas pois se ajustam a qualquer grau,

podendo ser incorporadas como patrimônio institucional e utilizadas por outros estagiários.

6. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DOS MATERIAIS

6.1 As especificações dos materiais que serão adquiridos e as respectivas quantidades encontram-se assim descritas:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD
01	Lupa Eletrônica Portátil, com suporte de aço para leituras prolongadas; Tela em LCD de no mínimo 3,5 polegadas com câmera HD; Nível de ampliação de 1.5 a 20x (aproximadamente); Foco automático e manual; Congelamento de imagem; Botões Táteis de fácil manuseio; Rápida leitura sem distorção, evitando fadiga; Bateria Recarregável com vida útil de até 3 horas; Dimensões: 100x70x15mm, variando até 10%; Garantia de 12 (doze) meses, no mínimo.	4

6.2 Os materiais deverão ser fornecido em embalagens individuais lacradas e adequadas a sua conservação, contendo a identificação do conteúdo, da quantidade, da data/lote de fabricação e da validade, bem como demais informações e condições de comercialização e armazenamento exigidas na legislação em vigor e presentes neste Termo.

6.3 Só será aceito produto original, e não será aceito, em hipótese alguma, material usado.

7. DOS DEVERES DO CONTRATANTE

7.1 Proporcionar as condições indispensáveis à boa execução do contrato, prestando todas as informações e esclarecimentos necessários;



- 7.2 Verificar se os materiais entregues pela contratada estão de acordo com as especificações constantes no Anexo I deste Termo;
- 7.3 Solicitar por escrito a substituição dos materiais que apresentarem defeito ou não estiverem de acordo com a especificação;
- 7.4 Aplicar as sanções administrativas cabíveis, previstas no Termo de Referência.
- 7.5 Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

8. DOS DEVERES DA CONTRATADA

- 8.1 Cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 8.2 Efetuar a entrega integral dos objetos no prazo e no local constantes neste Termo de Referência, observando as especificações presentes no Anexo I;
- 8.3 Entregar os materiais acompanhados do respectivo documento fiscal e da Nota de Empenho;
- 8.4 Substituir ou reparar, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, os objetos com avarias ou defeitos;
- 8.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.6 Responder, toda e qualquer notificação enviada pelo Órgão Fiscalizador em até 02 (dois) dias úteis, contados da data do envio da respectiva notificação;
- 8.7 Em caso de descumprimento, os prazos constantes na notificação se iniciarão automaticamente após os 02 (dois) dias úteis.
- 8.8 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, as obrigações assumidas em razão da presente aquisição.



9. DAS VALIDADES

9.1 Os materiais especificados no presente Termo de Referência deverão ter prazo mínimo de validade de 12 (doze) meses a partir da data da entrega.

10. DA GARANTIA DOS OBJETOS

10.1 A contratada ficará obrigada, durante o período de validade exigido por meio do item 9.1. e a partir da data da respectiva entrega, a prestar garantia aos produtos entregues, devendo substituir, no todo ou em parte, as suas expensas, no prazo de **10 (dez) dias consecutivos** a contar da notificação enviada pelo Ministério Público acerca do problema, quaisquer materiais que apresentem defeitos, vícios ou que tenham sofrido danos ou avarias, de qualquer espécie, no transporte ou descarga, de forma que comprometam seu uso regular e adequado.

10.2 No caso de substituição de produtos, a nova unidade terá o mesmo prazo de garantia originalmente concedido ao substituído, a contar da data que ocorrer a substituição.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis nos termos da lei civil, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções administrativas:

11.1.1 Advertência;

11.1.2 Multa de mora, no percentual de 1% (um por cento) por dia útil de atraso injustificado no adimplemento da obrigação (entrega, substituição ou prestação de garantia), calculada sobre o valor contratual



atualizado correspondente à parcela de execução em atraso, até o máximo de 10% (dez por cento) do valor do presente contrato.

11.1.2.1 A mora da contratada está limitada ao prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**;

11.1.3 Multa pela inexecução total ou parcial do contrato, graduável conforme a gravidade da infração, no percentual máximo de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato ou do empenho;

11.1.4 Suspensão temporária da faculdade de licitar e impedimento de contratar com o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, por prazo não superior a **02 (dois) anos**;

11.1.5 Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, pelo prazo de até **05 (cinco) anos**;

11.1.6 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com toda a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos da lei.

11.2 Consideram-se passíveis da sanção de advertência as faltas reputadas de natureza leve, assim compreendidas aquelas de reduzido grau de reprovabilidade e que não tenham acarretado prejuízos consideráveis à regular execução contratual, tais como pequenos atrasos e impontualidades.

11.3 São puníveis com a suspensão temporária junto ao CONTRATANTE a CONTRATADA que adotar comportamentos com considerável grau de reprovabilidade e gravidade, tais como a inexecução parcial do contrato, a não manutenção das condições de habilitação durante toda a execução contratual, o descumprimento deliberado e reiterado dos prazos e das obrigações previstas no Contrato.

11.4 O impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual poderá ser aplicado à CONTRATADA que apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto do Contrato, falhar ou



fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

11.5 Será considerada inidônea a CONTRATADA que praticar condutas altamente reprováveis e que acarretem graves prejuízos ao CONTRATANTE e/ou à Administração Pública, tais como os crimes tipificados nos artigos 90, 91, 93, 94, 95 e 96 da Lei nº 8.666/93, assim como conluíus, fraudes, falsidades e quaisquer outras condutas que venham a frustrar os objetivos e os princípios da licitação e contratação pública.

11.6 As multas previstas nos subitens 9.1.2 e 9.1.3 podem ser aplicadas isoladamente ou em conjunto com qualquer das demais penalidades e têm o objetivo de reprimir, em especial, condutas que tenham gerado prejuízo pecuniário ou imprimir maior proporcionalidade entre a conduta praticada e a resposta da Administração, em especial nos casos de reincidência.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 A atuação da fiscalização não exime a CONTRATADA de sua total e exclusiva responsabilidade sobre a qualidade do material fornecido.

12.2 Ao Órgão Fiscalizador caberá decidir os casos omissos, relativos às especificações ou quaisquer documentos que se refiram, direta ou indiretamente, à aquisição em questão.

13. EQUIPE DE ELABORAÇÃO



SETOR/UNIDADE	RESPONSÁVEL	CARGO	TELEFONE	ASSINATURA
CAO das Promotorias de Justiça de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência	Cristiane Branquinho Lucas	Coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência	Telefone : 221-6326.	

AUTORIZADO POR:

NOME/ÓRGÃO	EM	ASSINATURA
	___ / ___ / ___	



PROPOSTA DE PREÇOS

ANEXO A – DISCRIMINAÇÃO DE VALORES

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD
01	Lupa Eletrônica Portátil	4
VALOR GLOBAL (VU X Q)=		R\$,

Prazo de Garantia: mínimo de 12 meses
Forma de pagamento – Empenho
Frete/taxas: Incluso
Validade da Proposta: 60 dias